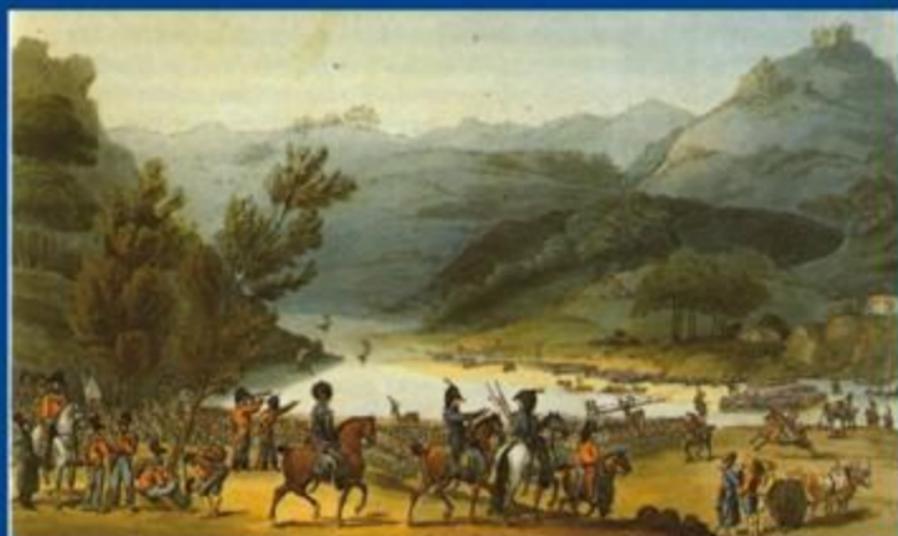


Os Antecedentes das Invasões Francesas

Ponte de Lima 1808



Entre Dezembro de 1807 e Maio de 1808 vários officios chegaram ao Couto da Correlhã com diversos avisos sobre a agitação que se começou a sentir. Assim, recomendava-se o máximo cuidado em relação às Tropas Francesas que transitavam por todo o país, e principalmente, pelo Norte de Portugal.

Deveria evitar-se qualquer agitação e todo o acontecimento anormal relatado às autoridades, que procederiam às averiguações necessárias. Ainda com vista a garantir a máxima tranquilidade às populações, recomendou-se às autoridades do mesmo Couto, especial atenção aos viajantes, que deveriam possuir obrigatoriamente passaporte com todos os sinais pessoais. Todas as pessoas apanhadas sem este documento, e sem testemunhas abonatórias, deveriam ser imediatamente presas e interrogadas.

Em 28 de Maio de 1808, por ordem do Duque de Abrantes, reuniu a Câmara de Ponte de Lima em sessão, conjuntamente com o Juiz de Fora, para tomar conhecimento da Carta da Deputação Portuguesa a Baiona. Esta Carta, que relata o encontro em Baiona entre Napoleão e diversas personalidades de Portugal e de Espanha, desencadeou uma audaciosa e surpreendente campanha de propaganda a favor da causa napoleónica.

Em 22 de Junho de 1808, em reunião de Câmara de Ponte de Lima foi aberta a carta do Governo Interino da Província, com 16 capítulos sobre a forma do Governo da Província e os meios de defesa da mesma. Convocados o clero, a nobreza e o povo, leu-se a carta. Após terem sido convidados a votar, declararam que sempre foram *"amantes de sua Pátria, do seu Príncipe e da sua dominação portugueza* e que sempre odiaram o jugo francês".¹ Declararam ainda terem sido constrangidos a aceitar os decretos do General Francês e por isso renovaram o juramento de fidelidade ao *"Príncipe Regente D. Joam e sua Augusta Mãe Maria Primeira"*.²

Encontravam-se prontos a lutar até ao fim e como penhor da promessa ofereceram as suas cabeças. Em sinal de júbilo, colocaram luminárias por três dias e procederam ao alistamento das pessoas hábeis para a tropa. As Ordenanças abasteceram-se de armas na casa do capitão-mor, já prontas com balas e pólvora. Declarou-se formalmente guerra à França e aos seus aliados.

Em Junho de 1808 dá-se o 1º Movimento Restauracionista no Porto, dimanando rapidamente para as restantes localidades de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.



Rei D. João VI

Em 6 de Julho de 1808, a Junta Provisória do Porto enviou a todas as Câmaras do Norte uma "Ordem" que anunciava a sua administração provisória sendo esta reconhecida até que o Príncipe regente instituisse o Governo definitivo. As receitas cobradas nas comarcas deviam ser enviadas rapidamente pelos responsáveis à mencionada Junta, acompanhadas da respectiva relação. Todas as Comarcas deviam respeitar o Governo Provisório.³



Rainha D. Maria I

Em 16 de Julho de 1808, reuniu-se o Juiz de Fora, Vereadores e Procurador do Concelho no edifício da Câmara de Ponte de Lima e: "(...) tendo em consideração o abuzo que os scelerados podem fazer dos rebates falços com fins criminosos de roubar povoaçoens desertas, de afroixar e intimidar os povos e o de excitar os mesmos à sedissam e à vingança (...) e sendo a intençam dos officiaes da camara promover o bem publico"⁴, determinaram e estabeleceram artigos de policia sancionados posteriormente pela Junta do Porto. A todos os transgressores seria aplicada a pena de prisão e processados como perturbadores da ordem pública.

Em 23 de Julho de 1808 - O Supremo Governo do Porto e a Junta Subalterna de Braga enviaram a todos os concelhos uma requisição de cavalos destinados ao Regimento de Cavalaria nº 9.

Se algum dos concelhos não possuísse cavalos, deveriam as respectivas autoridades passar uma declaração, ficando, assim, responsáveis pela ocultação ou negligência.

Em 28 de Julho de 1808 recebeu a Câmara da Correlhã, uma cópia da "Ordem do Supremo Governo para conhecimento dos reverendos e párocos que procedam à arrecadação dos donativos dos portugueses que não contribuem menos por sua vontade do que se fossem obrigados a contribuir para o Governo Francês"⁵, cujo teor estabelecia que todo o dinheiro restante das sisas e obras públicas devia ser remetido ao Supremo Governo, acompanhado de guias elaboradas pelo escrivão nomeado.



Invasões Francesas - 1807 e 1811

Em 20 de Agosto a mesma Câmara recebeu uma cópia da Ordem da Junta Provisória do Governo, que abolia a contribuição de guerra de quarenta milhões de cruzados, imposta pela "dominação francesa". Assim, tudo o que tinha sido cobrado até então reverteria para a organização do exército português. O valor existente em cada comarca seria enviado para a Junta do Governo Provisório, que se propunha a efectuar, de modo mais suave, a cobrança de impostos necessários à manutenção do exército sem "vexame nem opressão dos povos, levando em conta o grande zelo e patriotismo"⁶ de todos. Foram usados para o mesmo fim os rendimentos disponíveis das 3 Ordens Militares de Malta, o rendimento da Bula das Cruzadas e da Patriarcal, as sobras das sisas líquidas das confrarias e os dinheiros aplicados aos bens públicos.

A contribuição voluntária deveria ser arrecadada pela Mesa da Misericórdia, em conformidade com o edital de 27 de Julho de 1808.

A 18 de Agosto de 1808 é tomado público um Edital que proíbe a circulação da moeda francesa que causava um grave prejuízo sobre o comércio.

Em 25 de Agosto, em nome do Príncipe Regente, a Junta Provisional do Governo Supremo, decretou que fossem cumpridas as sentenças proferidas no tempo do Governo Francês, já que o seu incumprimento acarretaria grandes prejuízos para a ordem pública.

Em 28 de Setembro de 1808, na sessão de Câmara de Ponte de Lima foi aberto o aviso do Supremo Governo do Porto, que "*dá parte da Feliz Restauração deste Reino*"⁷. Em Acção de Graças determinou-se celebrar um Te Deum na Matriz da Vila.

Em 28 de Dezembro de 1808, o Senado deliberou dar execução ao Decreto do Governo de 11 de Dezembro de 1808 que determinou o "*Levantamento em Massa*" da Nação Portuguesa contra o invasor francês. Deliberaram, também, remeter ao General da Província a relação de pessoas hábeis para o comando das Ordenanças e dos oficiais inábeis e impossibilitados.

A 29 de Dezembro de 1808 registou-se, no livro próprio da Câmara da Correlhã cópia de uma ordem, vinda do Desembargador Corregedor da Comarca de Barcelos, na qual a Intendência Geral da Policia e o Governo determinavam um maior cuidado na vigilância dos viajantes, devendo todos os estrangeiros possuir passaportes passados pela Secretaria de Estado ou Intendência. Recomendava-se, também uma especial vigilância ao general francês, de nome Gouturil, que vagueava pela Espanha, envergando o hábito de monge de S. Jerónimo, acompanhado de outros indivíduos com o mesmo traje.

No mês de Janeiro de 1809 recebeu-se um edital a declarar que todas as pessoas que estivessem na corte ou transitassem por Portugal deveriam ser identificadas.

1 AMPL - Livro de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1807 Set. [7] a 1820 Mai. 20. f. 21

2 AMPL - Op. cit. f. 21

3 AMPL - Livro de Registo das ordens vinhas do Juizo da Correição e Provedoria, Correlhã, 1808 Abril 21 a 1822 Dezembro 05. ff. 13-13v-14-14 v

4 AMPL - Livro de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1807 Set. [7] a 1820 Mai. 20. f. 20 v

5 AMPL - Livro de Registo das ordens vinhas do Juizo da Correição e Provedoria, Correlhã, 1808 Abril 21 a 1822 Dezembro 05 ff. 16-16 v

6 AMPL - Op. cit. ff. 14v-15

7 AMPL - Livro de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1807 Set. [7] a 1820 Mai. 20. f.

Bibliografia

MATTOZO, José (dir.) - História de Portugal. O Liberalismo (1807-1820), Vol. V (3.ª edicão), Editorial Estampa, [n.d.]

SARAIVA, José Hermano (coord.) - História de Portugal. Monarquia Absolutista - da afirmação do poder às invasões francesas. Vol. VI, Matosinhos, Edições Quil Nov. 2004.



Gonçalo Coelho de Araújo e a Defesa do Minho

Depois de se terem apercebido das verdadeiras intenções de Napoleão, isto é, obrigar Carlos IV a ceder-lhe o trono, as guarnições espanholas retiram-se de Portugal. As revoltas populares contra a dominação francesa surgiram em toda a Espanha, e Portugal seguiu-lhe o exemplo, não faltando chefes para as dirigirem.

As tropas regulamentares na região do Minho eram escassas e estavam mal armadas. Em Viana do Castelo, aquartelava-se o Regimento de Infantaria nº 9. Em Braga foi constituído o Estado Maior comandado pelo General Bernardim Freire. Gonçalo Coelho de Araújo, nesta data Coronel e de origem pontelimense, tinha-se retirado para a sua casa de Ponte de Lima, com uma licença, logo após o término da 1ª Invasão. Quando Soult, preparado para invadir Portugal, já se encontrava na Galiza, foi Gonçalo Coelho requisitado para organizar a defesa na Praça de Vila Nova de Cerveira (o mesmo oferecera os seus serviços, após a 1ª Invasão para reorganizar as tropas minhotas, tendo-lhe o cargo sido recusado).

É assim que este limiano notável participa activamente na defesa, tanto em S. Pedro da Torre, como no Pinhal do Camarido (Caminha), aproveitando os poucos recursos que possuía e organizando até um contra-ataque, acções decisivas para o abandono das tentativas de Soult de entrar em Portugal pelo Alto-Minho.

Soult, na impossibilidade de atravessar o Minho, entra por Trás-os-Montes, no dia 6 de Março, pelo Vale do Tâmega. Após tomar posse da capital do Minho, Soult, aí estacionado alguns dias, reorganiza as tropas e planeia os ataques que se irão seguir.

"A norte, entre os rios Minho e Lima, operava o general Botelho que Bernardim Freire encarregara da defesa do Alto-Minho, com forças que incluíam na sua maioria formações de milícias e ordenanças quase desarmadas e ainda alguns soldados de linha das antigas unidades de Viana, Caminha e Valença.

(...) Soult envia na direcção de Ponte de Lima, até à distância de meio dia de marcha, a divisão Heudelet;

A Cavalaria de Lorges, marcha pela margem sul do Cavado, onde é bem recebida pelo Juiz Corregedor, que será enforcado alguns dias depois, por ordem do General Botelho."¹

Levantamento Popular e Suas Consequências

"Comecei a governar Ponte de Lima com susto, e receio: affectando o contrario. Por que nada contava com os dous Regimentos de Milicias que tinha, e tive por algum tempo as minhas ordens, fiz por conservar autoridade, e respeito, por mais tretas, que à força de Armas. (...) Athé 29 de Março pude palliar: nesse dia, entre temíveis, e horrorózos motins, espirei. Daquelle dia em diante, Sapateiros, Alfaiates, Officiaes de Ordenanças, Clérigos, Frades etc. todos mandavão, todos davão ordens: (...) Não tardarão a haver Authoridades constituídas por si mesmas, que mandavão despoticamente, e me mandarão a mim (...)"²



General Jean de Dieu Soult

Através das palavras de Francisco Pereira Peixoto Ferraz Sarmiento, Governador de Ponte de Lima desde o dia 17 de Março a 7 de Abril de 1809, transparece uma anarquia latente entre a população limiana que não diferia da que reinava no resto do país. Esta anarquia fomentada por agentes ao serviço dos Invasores Franceses enfraquecia a resistência e preparava o terreno para a invasão.

Entretanto, e ainda no mês de Março, começaram a chegar à vila de Ponte de Lima notícias inquietantes acerca da aproximação dos franceses:

*"No mesmo dia 20 (Março) ânoute, chegou a notícia que os Francezes tinham rompido a Linha do Carvalho, e que estavam entrando em Braga. Houve logo quem assentasse, e decidisse, que se devião pôr todas as Ordenanças em Armas, sem excepção de pessoas, ou idade, e formar-se hum Campo, municionando-se tudo."*³

As ordens dadas pelos Generais e Comandantes eram revogadas sem razão aparente: *"O Comandante das duas Peças de Artelharia que se achão no Alto da Labruje, tomará nova posição para a deffeza da Villa de Ponte do Lima, que poderá ser no Monte da Santa Maria Magdalena, ou em outra qualquer posição, que for útil, e à satisfação dos habitantes da mesma Villa. Quartel General de Viana 21 de Março de 1809 - Por Ordem de S. Ex.ª - Joze Carlos Mardel."*⁴

Os dias foram decorrendo em sobressalto e com notícias contraditórias:

*"No dia quinta -feira Santa/ 30 (Março)/ pelas três horas da tarde, hum Emmissario do Comandante das Ordenanças dos Arcos/ (...) me deu a notícia de que os Francezes na vespora tinham entrado no Porto. Fiquei afflictissimo, (...) Não tardou a fazer-se publica esta fatal catástrofe, pelos muitos extraviados, e fugitivos, que começarão a passar. O terror foi geral (...) mas no dia seguinte, promptos à peleja, sobretudo quando virão chegar o General Botelho, com o seu dezavergonhado, e indomito Exército, composto de diferentes Corpos, forte de 1\$300 (1.300 ?) homens."*⁵

No dia 2 de Abril, o Conselho Geral comandado pelo General Botelho, decidiu que o Exército deste último deveria deslocar-se para Arcos de Valdevez por algum tempo. Para mostrar as suas intenções aos habitantes e Ordenanças da vila de Ponte de Lima, deixou uma proclamação:

*"Habitantes de Ponte de Lima: eu me affásto de vós, com o meu Exército, mas não para longe. Não trato se não de lhe unir maiores forças, em ponto mais vantajôzo, e seguro á cobiça do Inimigo, para lhe cahir aonde mais convenha. (...) Quartel General de Ponte de Lima 3 de Abril de 1809."*⁶

Nestas circunstâncias Francisco Pereira Sarmiento embarcou para Geraz do Lima, no dia 4 de Abril de 1809, e foi nomeado outro Governador interinamente.⁷

A Tomada da Vila

*"Heudelet deixa Braga a 4 de Abril, com a brigada Morausin atinge Barcelos a 5, faz a sua junção com as forças de Lorges no dia seguinte na Barca do Lago, e a 7 as duas divisões marcham sobre Ponte de Lima, que atacam sem êxito dada a feroz e heróica resistência que sobre a ponte lhe opõe o General Botelho"*⁸

*"Para Vila do Conde foi mandado o general Lorges; Heudelet seguiu de Braga para Barcelos de que apoderou a 5 de Abril; no dia seguinte juntou-se-lhe aqui o general Lorges; e os dois, com cerca de 4000 homens, seguiram para Ponte do Lima em 7, por S. Julião de Freixo. Neste dia houve ligeiras escaramuças entre as guardas avançadas destas forças e paisanos, na portela de Cabaços e nas proximidades de Ponte de Lima, em Santo Amaro e na ponte sobre o Trovella adiante de Campo Raso; nestas escaramuças, que foram mais ataques de embuscada que outra coisa, perderam os franceses alguns homens; e em resultado desses ataques só à noite chegaram às portas da vila."*⁹

E continua o Governador Francisco Pereira Sarmiento:

"No dia 7/o, dito meu substituto me participou com muita pressa, que na route antecedente tinham chegado a Barcelos 3\$ (3.000) Francezes, e naquele mesmo dia passavão para S. Julião. Respondi, que sentia muito não poder-lhe fazer companhia em lances tão

apertados, porem que estivesse sem maior cuidado a seu respeito, pois que Botelho havia de estar avizado, já ali tinha a sua goarda avançada, e em consequência, a responsabilidade seria só delle etc.

Eu na minha Aldeia tinha sabido, que erão mais de 3\$ (3.000) os Inimigos, e depois se verificou serem duas Divizoens de 2\$500 homens cada hũa.

*No mesmo dia de tarde houve algum fogo, e escaramuças na Portela de Cavaços, em Santo Amaro, e na Ponte de Trovêla; o que fez desaparecer toda a Tropa da bicha; e á noute se começou o ataque da Villa, tendo chegado Botelho, pouco antes, com o seu Exercito, muito diminuto, pois tendo-lhe reunido algũa gente, apenas constou estar o Inimigo perto; as dezerçoens foram aos bandos; de sorte que em Acção se veio a achar com 600 homens, e nada mais.*¹⁰*

A batalha, propriamente dita, trava-se na ponte sobre o Rio Lima e no lugar de Além da Ponte. A uma tropa invasora bem organizada e bem armada, opôs-se uma resistência mal armada e com fraca organização. Porém, os franceses não lograram entrar na vila por essa via, conseguindo-o depois ao atravessar um vau que não estava guardado.

*“Ao mesmo tempo chegava também aqui, vindo dos Arcos de Valdevez, o marechal de campo José António Botelho, com uma diminuta força, tarde do dia seguinte (dia 8) com pouco mais de 60 homens do regimento de milicias dos Arcos e duas peças de artilharia. Retirou só depois que os franceses instalaram uma peça junto da capela das Pereiras em situação que dominava a posição ocupada pelos nossos no extremo norte da ponte. Antes do combate foi cortada a ponte entre os dois primeiros arcos grandes da margem direita (notando-se ainda hoje a falta do arco ogival pequeno entre aqueles dois arcos, que não foi reconstruído); nesta acção distinguiu-se o cabo artilheiro António José Lopes que com 25 fusileiros foi encarregado de cobrir a retirada do general Botelho e que se manteve na ponte, impedindo a passagem dos franceses, até ao fim da tarde, só retirando depois de saber que alguns franceses já haviam passado o rio no vau de Refojos, ameaçando assim envolvê-lo.*¹¹*

E o Governador de Ponte de Lima, Francisco Sarmento, faz o seguinte relato:

“Defendeu-se [o general Botelho] até ao dia seguinte, e só se retirou depois que os Francezes collocarão hũa Peça na Capela das Pereiras, que dominava a Torre Velha, de modo que todas as ballas erão aproveitadas em nosso damno. Mal se tinham dado os primeiros tiros, as Ordenanças em dezordem, e fugindo, começaram a vozear contra mim, e contra o Juiz pela Ordenação, Luiz de Barros, como eu esperava (...).”¹²

Contrapõe o Brigadeiro Carlos de Azeredo:

** No dia 8 de Abril, tendo sido descoberto um vau e uma azinhaga já afastados da povoação e que os defensores não tinham sob vigilância, foi finalmente a vila tomada à viva força, tendo os defensores cedido passo a passo, impelidos pela esmagadora força do adversário.*

*A defesa de Ponte do Lima levada a efeito por forças na sua maioria compostas por Ordenanças e Milicias, muito precariamente armados e não dispendo de quadros de Officiais, é um dos feitos notáveis das gentes do Minho durante a 2ª Invasão.*¹³*

¹ AZEREDO, Carlos de - *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809* (Porto: Museu Militar do Porto, 1984, p. 108)

² SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Memória Histórica, Ponte do Lima* [s.l.], 1955, p. 5

³ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, p. 9

⁴ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, p. 18

⁵ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, p. 28

⁶ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, p. 31

⁷ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, p. 34

⁸ AZEREDO, Carlos de - *Op. cit.*, p. 135

⁹ MACHADO, Alberto de Sousa - *O Coronel Gonçalo Coelho de Anájo Governador de Vila Nova de Carreira e a 2ª Invasão Francesa* - Braga [s.n.], 1953,

pp. 58-59

¹⁰ SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Fariaz - *Op. cit.*, pp. 36-37

¹¹ MACHADO, Alberto de Sousa - *Op. cit.*, p. 58

¹² MACHADO, Alberto de Sousa - *Op. cit.*, p. 37

¹³ AZEREDO, Carlos de - *Op. cit.*, p. 135

Bibliografia

CAPELA, José Vítalo; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério - *O herdeiro Patrimonial das Províncias do Norte. Os conselhos na Restauração de Portugal*

de 1808. Braga: Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, 2008.

SARAIVA, José Hermano (coord.) - *História de Portugal. Monarquia Absolutista - da afirmação do poder às invasões francesas*. Vol. VI. Matosinhos: Edições

Quil Nove, 2004.

O Combate

José de Magalhães Queiroz de Abreu Coutinho nasceu em Ponte de Lima, na Casa das Pereiras, em 18 de Abril de 1885 e faleceu na Casa da Fonte da Bouça em 23 de Dezembro de 1952.

Na altura em que era estudante do 2º Ano da Escola do Exército, escreveu um artigo para o "Almanaque Ilustrado de o Comercio do Lima", sobre o combate travado pelos limianos na defesa da sua vila, em plena 2ª Invasão Francesa.

Corria o ano de 1809, comemorava-se o centenário da 2ª Invasão Francesa, e este limiano faz um relato cheio de entusiasmo a que chama um "episodio brilhantíssimo para a historia da minha terra natal, vem mais uma vez comprovar os brios, e heroísmos dos pontelimeses, que, em todas as ephocas, revelaram a altivez do seu carácter e arrojo do seu ânimo."¹

O colorido da narrativa faz-nos reviver esses momentos como se de um filme se tratasse:

" Corria o ano de 1809.

Há bastante tempo que os francezes estavam senhores das principais povoações do norte. Vindo, porém, ao conhecimento de Soult que Ponte de Lima se obstinava em desacatar a sua autoridade, imediatamente ordenou que duas divisões comandadas pelos generais Heudelet e Lorges marchassem sobre esta vila.

As duas divisões assim cumpriram fazendo junção a 6 de Abril na vila de Barcelos, e no dia seguinte, pela manhã, dirigem-se para aqui.

Os povos desta vila, sem socorro de ninguém, informados da vinda dos francezes, esperaram-nos fora da povoação, barricando esta e estabelecendo trincheiras nos pontos principais; e desde o meio-dia até à noite, por meio de emboscadas em que mataram muitos francezes detiveram e mantiveram para além do Campo Raso os invasores. Por fim, tiveram de ceder, dirigindo-se os francezes, até próximo da vila. Ao mesmo tempo regressava da vizinha vila dos Arcos o general José António de Vasconcellos Botelho e Sousa, comandante das nossas tropas entre Lima e Minho, com 600 homens de infantaria e duas peças de artilharia.

Este general, diz Luz Soriano, não se julgando com bastante força para a peito descoberto se bater com o inimigo, determinou impedir-lhe a passagem da ponte, onde sustentou um aturado e renhido combate até às duas horas da tarde do seguinte dia. A superioridade do exército francês obrigou porém o nosso general a abandonar as suas posições.

Operou a retirada pela Serra da Labruja na intenção de defender a passagem da serra ou de perseguir o inimigo pela retaguarda, caso se dirigisse a Viana.

(...) em Ponte de Lima, uma única peça sob a direcção do cabo António José Lopes, que depois foi promovido a sargento por distinção, manteve a distancia milhares de homens bem armados e municados. Ainda mais: sob o cruzar intenso dos projecteis foi a ponte cortada entre os dois primeiros arcos largos, da margem direita, notando-se ainda hoje, por defeito de reconstrução, a falta do arco ogival, intermédio entre aqueles; - em quanto que, até às quatro horas da tarde, o cabo Lopes, auxiliado apenas por vinte e cinco fuzileiros, disparava um vivo e continuado fogo contra o inimigo, cobrindo desta maneira a retirada do general Botelho. E só se retirou por fim quando soube que o inimigo ia passar um vau a Refoios, nas vistas de o meter entre dois fogos.

A defesa da ponte é um dos factos culminantes da história de Ponte de Lima.²

Concluiu-se desta narração, não só a feroz resistência que a população local mal armada opôs aos invasores, mas também o "respeito" que a mesma teria do General Soult, pois foram enviadas duas divisões à vila de Ponte de Lima para efectuarem o ataque. Após este combate os franceses tomaram conta da vila, não se tendo verificado qualquer submissão dos limianos.

"Então os franceses, senhores desta vila, viram o desassombro com que os habitantes os desprezavam e desrespeitavam, rasgando todas as suas proclamações e maltratando todos os seus agentes. Neste deplorável estado se conservou a vila e arredores até à restauração do Porto e de toda a provincia, e só então é que muitos dos seus habitantes, refugiados nas montanhas, desceram para suas casas. O certo é que os franceses encontraram na vila de Ponte de Lima uma memorável resistência, recebendo um estrago como não esperavam, sendo os seus mesmos oficiais os que por toda a parte assim o confessavam; falando, enraivecidos, da vila de Ponte de Lima, chamavam-lhe Vila Velha, tomada a qual se reputavam senhores de todo o Minho."³

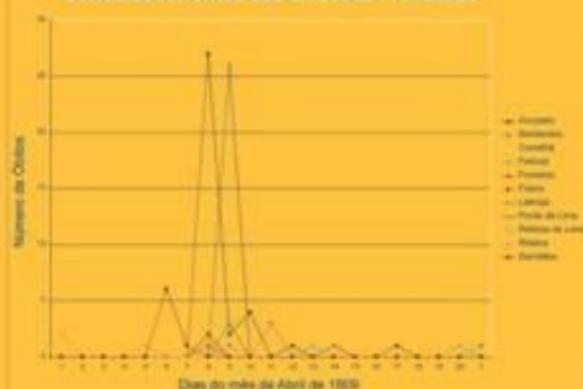
¹ MAGALHÃES, José de - Defesa de Ponte de Lima em 1809. In Almanaque Ilustrado de O Comércio da Lima. Ponte de Lima. [s.d.], 1998. p. 128

² MAGALHÃES, José de - Op. cit., pp. 129-130

³ MAGALHÃES, José de - Op. cit., p. 130

Incursoes e Óbitos no Concelho de Ponte de Lima

Óbitos decorrentes das Invasões Francesas



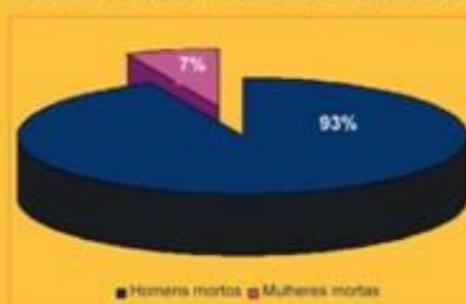
Chegados à vila de Ponte de Lima no dia 7 de Abril de 1809 encontraram os franceses "uma memorável resistência, recebendo um estrago que não esperavam", pois, com poucos recursos conseguiu o cabo António José Lopes manter à distância milhares de homens bem armados e municiados.¹ Está patente nos livros de registo de óbitos que os franceses vinham fazendo incursões no concelho de Ponte de Lima já desde o 1º dia de Abril de 1809, dado que nesse dia se registaram

duas mortes na freguesia da Ribeira. Seguiram-se incursões nas freguesias de Sandiães, Freixo, Correihã, Fornelos, Arcozelo, Bertandos, Labruja, Ponte de Lima e por fim Feitosa.

Verifica-se uma maior incidência de mortes entre os dias 6 e 11 de Abril, sendo as freguesias de Arcozelo e Ponte de Lima as mais afectadas, por se tratarem de locais de combate e de ocupação.

A maior percentagem das mortes ocorreu nos elementos do sexo masculino, que combatiam heroicamente para travar os avanços das tropas francesas sobre a vila.

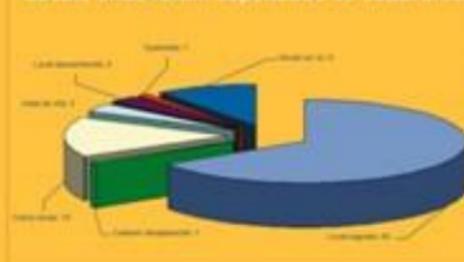
Os mortos resultantes dos combates foram essencialmente sepultados em local sagrado (igrejas e cemitérios). Contudo, verificam-se



algumas excepções, como corpos enterrados no areal, atirados ao rio, queimados e desaparecidos e outros que foram enterrados no local da morte.

Após o combate propriamente dito os franceses mantiveram-se neste concelho até ao dia 20 de Abril de 1809, dado que nesta data regista-se ainda uma morte na freguesia da Feitosa. Esta situação levou inevitavelmente à perturbação da vivência quotidiana da população, designadamente na realização de funerais:

Locais onde foram sepultados os cadáveres



NOME	LUGAR / FREGUESIA	DIA DO ÓBITO	DIA E LOCAL DO ENTERRO	RESUMO
FRANCISCO JOSÉ PEREIRA, CASADO COM CAETANA MARIA	ASPERA/ REFOIOS	10/04/1809	11/04/1809 Capela de S. Julião de Nogueira	"[...] por causa da guerra [...] não se lhe fez nada pela alma" [...]²
ISABEL RODRIGUES, VIÚVA DE MANUEL CABAÇAS	SOBREIRO/ SEARA	18/04/1809	19/04/1809 [s.l.]	"[...] e se enterrou [...] sem mais funeral que o officio da sepultura pela falta de ecclesiasticos e povo que andava fugido por causa dos francezes que andavão saqueando e assassinando a freguesia [...]²
ANTÓNIO LUÍS RAMALHO, CASADO COM MARIA JOANNA	IGREJA/ GANDRA (S. MARTINHO)	14/04/1809	14/04/1809 [s.l.]	"[...] foi sepultado no mesmo dia, por razão dos francezes, somente com vezperas resadas [...]²
ANTÓNIO ROIZ CASADO COM TEREZA	PONTE DE LIMA	21/04/1809	26/04/1809 Igreja Paroquial da Ribeira	"[...] se lhe não poder administrar o sacramento da Eucaristia e não haver Sacristia nesta Igreja em razão dos francezes no tempo presente [...]²
ANTÓNIA LUÍSA	RIBA RIO/ARCOZELO	10/04/ 1809	12/04/1809 Igreja Paroquial de Arcozelo	"[...] Não recebeu a Extremaunção por não se chamar o Parocho, nem elle aqui existir pela ordem que havia do General Francez de se matar todo o homem, que nesta freguesia apparecesse Portuguez [...]²

¹ Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Livro de Registo de Óbitos da Freguesia de Ribeira de Lima, 1803-1848

² ADVCT, Livro de Registo de Óbitos da freguesia de Seara, 1716-1852

³ ADVCT, Livro de Registo de Óbitos da freguesia de Gandra, 1792-1824

⁴ ADVCT, Livro de Registo de Óbitos da freguesia de Ribeira, 1732-1818

⁵ ADVCT, Livro de Registo de Óbitos da freguesia de Arcozelo, 1797-1851

